

1 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
2 ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA
3

4 Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às oito horas e trinta minutos, na sede da
5 ADASA, Brasília, DF, ocorreu a 28ª reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do
6 Distrito Federal – CRH/DF, atendendo à convocação do seu presidente, o Secretário de
7 Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF, sob a seguinte pauta: 1– Ordem
8 do dia – item 1a) Apreciação e deliberação das Atas da 31ª RE e 32ª RE. item 1b)
9 Apresentação da proposta do Plano de Capacitação do PROGESTÃO - CTPA/CRH. item 1c)
10 Avaliação dos Encaminhamentos previstos nas Resoluções 02/2014 e 03/2016 do CRH/DF –
11 CTPA/CRH. item 2 - Informes. – item 2a) Estudo sobre Cobrança/ADASA. item 2b) -
12 Contratação do Plano do Paranoá/ADASA. item 2c) Contratação de serviço de Secretaria
13 Executiva para os Comitês de Bacias/ADASA. Fizeram-se presentes a Conselheira Andrea
14 Vulcanis/SEMA, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): MARIA
15 CRISTINA COIMBRA MARODIN/SEMA, JOSÉ LINS DE ALBUQUERQUE
16 FILHO/SEAGRI, JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO/SINESP, ANALDA LIMA DOS
17 SANTOS/SES-DF, RAFAEL MACHADO MELLO/ADASA, ALBA EVANGELISTA
18 RAMOS/ADASA, RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL/CAESB, DAIANE MALAMIM
19 CORREIA/CEB, JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA/EMBRAPA, EDUARDO
20 CYRINO DE OLIVEIRA FILHO/EMBRAPA, ANA PAULA DIAS DE CASTRO
21 MACHADO PESSOA/FIBRA, TEREZINHA LIMA/ÚNICA, WILLIAN MARCELINO
22 COELHO/CBH/MA, JOSÉ BRILHANTE NETO/CBH-PRETO, MARCOS HELENO
23 FERNANDES MONTENEGRO/ABES, SÉRGIO KOIDE/UNB, REGINA STELLA
24 QUINTAS FITTIPALDI /FÓRUM de ONGs, Participaram como ouvintes: Mona Grimouth
25 Bittar/SEMA, Juliana Pinheiro Gomes/ADASA, Érica Yoshida de Freitas, Karine Karen
26 Martins Santos Campos/IBRAM, e Maria Consolación/ OCA DO SOL. A presidente deu por
27 aberta à reunião, cumprimentou a todos, agradeceu a presença do presidente da ADASA, o
28 qual compôs a mesa. Deu início aos itens de pauta. Informou que a ata da 32ª RE foi retirada
29 de pauta. Consultou aos Conselheiros sobre considerações para a ata da 31ª RE, como não
30 houve manifestação, submeteu à aprovação. A Ata foi aprovada por unanimidade e assinada
31 na reunião. Prosseguiu com **item 1b) da pauta**. Convidou a Senhora Érica Yoshida da
32 ADASA para proceder à apresentação sobre a proposta do Plano de Capacitação do
33 PROGESTÃO - CTPA/CRH. A apresentadora proferiu com a apresentação do tema **Plano de**
34 **Capacitação para o Sistema de Recursos Hídricos do DF**, abordando os seguintes pontos:
35 Variável 1.9 – Capacitação Setorial do Progestão 1 – Não exige formalização (nível 2). Fase 1
36 – Levantamento demandas; Fase 2 – Implementação. Entes envolvidos: SEMA, ADASA,
37 IBRAM e Comitês. Citou a Metodologia Desenvolve RH que é uma metodologia
38 desenvolvida pela ANA em parceria com a Fundação Dom Cabral, dividida em duas
39 instâncias: executiva e colegiada. Foram elencadas 11 competências relacionadas aos
40 conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para que técnicos aprimorem seu
41 desempenho na gestão dos RH: 1) Instituição dos CBHs e funcionamento dos Colegiados; 2)
42 Planos e enquadramento de RH; 3) Gestão administrativa e financeira; 4) Regulação de uso;
43 5) Gestão da informação em RH; 6) Educação, capacitação, comunicação e participação
44 social; 7) Mediação e arbitragem de conflitos; 8) Cobrança; 9) Regulação de segurança de
45 barragens; 10) Fiscalização de uso dos RH e barragens; 11) Monitoramento hidrológico e
46 Eventos Críticos. Essa metodologia traz o público alvo: nas instâncias Executivas e
47 Colegiadas. Ressaltou que cada órgão fará a padronização da nomenclatura do público-alvo
48 com sua organização institucional. Apresentou como foi feito o plano de capacitação: definiu
49 os três principais desafios relacionados à gestão de recursos hídricos; para esses desafios

50 foram dados prioridades: 1, 2, 3; dos desafios com as prioridades foram relacionadas as onze
51 competências; relacionou os desafios com as habilidades da metodologia desenvolve RH;
52 seleção de temas para o desenvolvimento das habilidades; definição de estratégia de
53 implementação; definição do público alvo e qualitativo de profissionais e definição das
54 necessidades de treinamento. A seguir apresentou o Anexo I – Identificação dos desafios e
55 habilidades: Desafios: **SEMA/DF**: Presidir o CRH/DF, dar suporte técnico e administrativo
56 ao conselho, organizar e manter sua secretaria executiva; **ADASA**: Apoiar os Comitês de
57 Bacia Hidrográfica do DF (CBH/DF); **IBRAM**: Coordenar e supervisionar a execução das
58 ações de apoio aos Comitês de Bacia do DF; **CBHs**: Fomentar a capacidade técnica, a
59 comunicação e a participação social nos comitês, com vistas à implementação da política
60 distrital de recursos hídricos; **CRH/DF**: Deliberar sobre questões que lhe tenham sido
61 encaminhadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, e aprovar propostas de instituição dos
62 CBH/DF, estabelecendo os critérios gerais para a elaboração de seus regimentos internos.
63 Metas do Progestão e Tipos de Variável Associadas a essa Competência: **Meta II.2 -**
64 **Variáveis legais, institucionais e de articulação social.** Variável 1.5 - Conselho
65 Estadual/Distrital de Recursos Hídricos; Variável 1.6 - Comitês de Bacia e Organismos
66 Colegiados; Variável 1.7 - Agências de Água e Entidades Delegatárias; Variável 1.10 -
67 Articulação com Setores Usuários e Transversais. Atribuições dos gestores vinculadas a essa
68 competência: **Gestor estadual/distrital:** - **Presidente do Conselho Estadual/Distrital:**
69 Propõe pauta e dirige as atividades do Conselho. Homologa matérias referentes à
70 implementação da Política Distrital de RH e os Instrumentos de Gestão. Propõe matérias para
71 análise e deliberação da plenária. Preside e modera reuniões plenárias; e convoca reuniões
72 plenárias. **Secretário Executivo de Conselho Estadual/Distrital:** Encaminha à plenária
73 proposta de critérios e diretrizes gerais para a instituição, criação e funcionamento dos
74 Comitês (ex. estatuto, regimento interno de funcionamento etc); encaminha à plenária
75 proposta para a instituição e formalização das instâncias colegiadas; encaminha à plenária
76 matéria referente à implementação da Política Estadual/Distrital de Recursos Hídricos e os
77 instrumentos de gestão; apoia o funcionamento de CT/GT; recebe, encaminha e propõe
78 matérias para análise e deliberação da plenária; organiza e dá publicidade às matérias
79 deliberadas; auxilia a condução e moderação das reuniões plenárias. A seguir apresentou a
80 Tabela 2 - Meta de quantidade de profissionais a serem capacitados: competência, instituição,
81 prioridades e número de capacitados. Anexo 2 - Cursos oferecidos pelos entes do
82 SISGREH/DF e para cada competência se elencou os nomes dos cursos que o ente se propôs a
83 realizar. Anexo III - **Cursos a serem contratados. Não foi definido o nome do curso e sim**
84 **os temas gerais.** Anexo IV – **Apresentou sugestões dos cursos oferecidos pela Ana, esses**
85 **cursos estão relacionados com as competências citadas.** Divulgação realizada pelo RH do
86 cada órgão. Realizará duas avaliações: parcial (março/2019) e uma final (março/2020).
87 Informou o primeiro curso que está sendo oferecido dentro do plano de capacitação: **Curso**
88 **de CNV e Ferramentas de Mediação Aplicadas ao Uso e Exploração dos Recursos**
89 **Hídricos.** Por fim relata que a minuta do Plano de Capacitação já se encontra com os
90 conselheiros e que aguarda contribuições sobre o assunto. Não havendo nenhuma
91 argumentação sobre o tema apresentado a presidente prosseguiu com o **Item 1c da pauta.** O
92 Diretor Presidente da ADASA solicitou a retirada de pauta do item 1c, por entender que a
93 Agência Nacional de Águas poderá contribuir mais com este assunto e preparar melhor a
94 equipe para o PROGESTÃO 2. Dito isso, a presidente da mesa colocou em votação a proposta

95 do presidente da ADASA que trata da Resolução 03/2016 do CRH/DF – CTPA/CRH,
96 mantendo a avaliação dos encaminhamentos previstos na Resolução 02/2014 do CRH/DF.
97 Não houve manifestação dos conselheiros. A presidente deu por aprovada a proposta de
98 retirada de pauta e deu continuidade passando a palavra para o Conselheiro
99 MONTENEGRO/ABES/DF para se manifestar sobre a Resolução nº 02/2014/CRH/DF. O
100 Conselheiro informou que na última reunião da Câmara Técnica foram tratados três assuntos:
101 a) o plano de capacitação; b) análise da matéria que trata da Resolução nº 03/2016 CRH/DF,
102 retirado de pauta agora por este Conselho e c) a Resolução nº 02/2014 CRH/DF - que trata do
103 enquadramento dos corpos de água superficiais do Distrito Federal. Fez uma breve leitura do
104 artigo 1º e artigo 6º. Sobre este fez referência às providências recomendadas no artigo para
105 criar um Grupo de Trabalho dentro da Câmara Técnica para acompanhar as atividades de
106 enquadramento, com prazo de funcionamento até 30/11/2018. Informou que apesar de ser
107 presidente da câmara técnica não teve conhecimento da criação deste grupo, ressaltando que o
108 prazo está se esgotando e que o GT não cumpriu com a entrega dos relatórios semestrais.
109 Sugeriu constituir o GT para que nesses quatro meses restantes possa fazer um balanço sobre
110 o que foi feito, os avanços e o que necessita de melhorias. Lembrou, ainda, que as atividades
111 que deverão ser acompanhadas estão dispostas no artigo 4º da Resolução 02/2014/CRH/DF.
112 Em nome da CTPA/CRH chamou atenção e solicitou ao Conselho providências em face dos
113 compromissos estabelecidos na referida resolução. Sugeriu, ainda, que se realize um evento
114 para que possa envolver os órgãos competentes nestas questões para que possam expressar a
115 visão de como andam as questões e com isso possa gerar um relatório final de avaliação
116 visando também a recolher propostas de como serão continuadas as recomendações feitas na
117 resolução, finalizando assim sua participação. A Presidente da Câmara abre a palavra para os
118 conselheiros e o Sr. Rafael (Adasa) achou pertinente a colocação feita, lembrou que várias
119 atividades e vários relatórios que ajudarão o GT já estão prontos e entende ser muito
120 importante consolidar tudo que já foi feito e cumprir o que ainda falta. O Presidente da
121 ADASA disse ser pertinente às colocações do Presidente da CTPA, Conselheiro
122 Montenegro/ABES/DF e salientou que, caso o GT ainda não tenha sido constituído ou
123 reunido que ele seja feito o quanto antes. Salientou que o enquadramento é um planejamento e
124 que suas metas possuem prazo para atendimento até o ano de 2030, daí, a importância do
125 trabalho do GT de acompanhamento. A Conselheira Regina Fittipaldi/Fórum de ONGs
126 corrobora as palavras do Presidente da ADASA e lembra que na antiga SEMARH a
127 abordagem sobre meio ambiente e recursos hídricos caminhava em estreita relação de
128 observância. Quando a SEMARH foi fragmentada, os encaminhamentos passaram a obedecer
129 a certa formalidade de diálogo. A Conselheira Raquel Brostel/CAESB concordou com a
130 solicitação do Conselheiro Montenegro sobre a necessidade de constituição do GT e que este
131 analise até onde avançaram os trabalhos e as pendências. A Conselheira lembrou que em uma
132 análise realizada pelo GT, na época, o foco foi o corpo receptor de afluentes e não foram
133 analisadas as outras questões, pois necessitava da participação dos outros usuários. E vê agora
134 uma oportunidade do grupo se debruçar também em outros usos que não foram analisados. A
135 Conselheira Cristina/SEMA disse que a área específica que cuida de Recursos Hídricos da
136 SEMA está sob o seu comando e se colocou à disposição para fazer o que for necessário,
137 neste curto espaço de tempo, para agir e consolidar o trabalho que já foi feito por outros
138 parceiros. Ao final das considerações da Plenária a Presidente fez o seguinte
139 encaminhamento: instalação do grupo de trabalho iniciando com Seminário de 01(um) dia

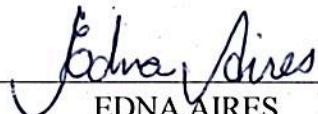
140 para levantamento das ações de competência do GT. O que foi aprovado por unanimidade. A
141 Presidente lembrou ainda, que a coordenação prevista conforme artigo 6º é da Sema e propôs
142 que a Sra. Cristina dê início às providências junto a Diretoria de Colegiados para instalar e
143 chamar a 1º reunião do GT. O que foi aprovado pelos presentes. A Presidente prosseguiu com
144 o **item 2 da pauta**. Informou que a ADASA tem uma solicitação de moção e passou a palavra
145 para ao Presidente da ADASA, Sr. Paulo Salles, que relatou o objeto da Moção. Trata de uma
146 situação que foi vivenciada no Comitê de Bacia Hidrográfica do Paranaíba pelos entes do
147 Distrito Federal. Relatou que o CBH Paranaíba tem a participação da Sociedade Civil, dos
148 Usuários e do Governo. O Governo tem a legitimidade conferida por Lei. Os usuários são
149 caracterizados em função de outorgas e outros parâmetros e, no caso da sociedade civil, o
150 CBH Paranaíba guarda 13 (treze) vagas para sociedade civil, sendo 5 (cinco) vagas para
151 Minas Gerais, 4 (quatro) vagas para o Goiás, 1 (uma) vaga para o Mato Grosso do Sul e 3
152 (três) vagas para o Distrito Federal. A Sociedade Civil no Comitê são divididos em 2 (duas)
153 classes, uma delas são as instituições de pesquisa e ensino e as ONG's. Existiu um processo
154 eleitoral recentemente, onde 2 instituições foram escolhidas para representar a sociedade civil
155 do DF. Uma das escolhidas foi a Oca do Sol e a outra foi a FONASC.CBH (Fórum Nacional
156 da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas). A questão em comento é quanto à
157 representatividade desta instituição no âmbito do DF. Relatou que esta instituição tem
158 representação nacional, com assento no conselho nacional que tem representatividade de
159 várias ONG's por meio de procurações que recebe. E foi verificado que a Oca do Sol passou
160 uma procuração para FONASC representá-la também, e isso significa que as 02 (duas) vagas
161 de ONG's estão sendo representadas por uma mesma instituição. Disse entender que isto é
162 descumprimento das regras apresentadas no Edital de Eleição do CBH Paranaíba, visto que
163 cada entidade só poderia ter um representante e cada representante só poderia representar uma
164 entidade durante o processo eleitoral. Mas a partir da posse ocorreu que uma mesma
165 instituição representou 2 (duas) vagas. Destacou que a representação tem a necessidade de
166 uma legitimidade e reconhecimento das partes a cerca do Estado e isto não está ocorrendo
167 aqui do DF. Questionou a representatividade e o endereço da sede do FONASC no DF, e
168 mencionou que isso pode ser configurado como falsidade ideológica, uma vez que a
169 documentação apresentada no processo eleitoral tem que ter fé pública, e que ela ocupa o
170 lugar de uma ONG do DF onde deveria ter no mínimo uma sede e representatividade. Relatou
171 que trouxe esta situação ao conhecimento do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito
172 Federal – CRH/DF, pois entende que essa situação precisa ser modificada e que deve ser
173 valorizada a representação do DF em qualquer órgão do Sistema Nacional de Gerenciamento
174 de Recursos Hídricos, para que seja legítimo a ponto de garantir que todos os representantes
175 tenham sede no Estado e que participem, comprovadamente, das atividades relacionadas aos
176 recursos hídricos, a exemplo da participação de conselhos, participação de comitês de bacias,
177 entre outros. Prosseguiu lembrando que a legislação fala da legitimidade e também, que as
178 instituições a qual não possuem recursos para a participação, têm o apoio dos comitês no
179 custeio do transporte e da estadia, etc. e, caso a Oca do Sol possua algum outro impedimento
180 ela pode usar o que está amparado na própria legislação e dar o assento para o suplente.
181 Concluiu reforçando que apresentou a moção onde repudia o comportamento da instituição
182 Oca do Sol em indicar uma instituição para representá-la, sem possuir atuação comprovada na
183 área recursos hídricos do DF, contrariando o princípio da legitimidade da representação
184 preconizada pela Política Nacional de Recursos Hídricos, bem com artigo 39º inciso V da Lei


185 9.433 e o artigo 9º inciso IV da Resolução 5/2000 do Conselho Nacional e artigo 5º inciso V
186 da deliberação 49/2015 do Comitê do Paranaíba. Por fim, solicitou a mudança de seu
187 representante no Comitê da Bacia do Paranaíba, de forma a atender toda a legislação em vigor
188 ou, caso não esteja em condições de participar daquele Colegiado, renuncie e deixe a vaga
189 para uma das entidades suplentes assumirem. A Presidente da reunião pergunta se algum
190 conselheiro gostaria de se manifestar sobre o assunto. Como não houve manifestação, passou
191 a palavra para a representante da instituição Oca do Sol, Senhora Consolación Udry que
192 agradeceu por estar no CRH no momento da apresentação da Moção apresentada pelo
193 Presidente da ADASA e relata que os órgãos competentes não chamaram o Instituto Oca do
194 Sol para uma conversa sobre o pleito. A Presidente da Mesa pondera informando que o item
195 não estava na pauta, que só foi levada a questão naquele momento e caso o representante do
196 Instituto não estivesse presente não seria dado continuidade. A representante da Oca do Sol
197 continuou sua fala relatando que no pleito anterior do Comitê de Bacia Hidrográfica do
198 Paranaíba, o Instituto Oca do Sol já havia indicado o Sr. João Climaco da FONASC para
199 representá-los nas demandas voltadas para o Distrito Federal, uma vez que ele conhecia bem a
200 Gestão das Bacias Hidrográficas e por ele um profissional dos Comitês de Bacia e conhece
201 bem todas as dinâmicas ali aplicadas. E que o entendimento da direção do Instituto Oca do
202 Sol é que o Sr. João Climaco é a pessoa apropriada e capacitada para representá-los. Em seu
203 segundo ponto frisa que as ONG's têm como um dos principais pontos confrontar o
204 "STATUS QUO", de levantar questões, de cobrar. Ressaltou que a ONG possui autonomia e
205 com isso, entende que o Instituto que ela representa pode indicar uma pessoa qualificada para
206 representa-los juntos ao Comitê de Bacia Hidrográfica. Relatou ainda que durante a gestão
207 passa o Sr. João Climaco levou várias questões apontadas pelo Instituto quanto às
208 necessidades do Distrito Federal referente à água. Aproveitou ainda para fazer um
209 apontamento quanto à falta de parceria e interesse dos órgãos responsáveis pela preservação
210 do meio ambiente para ajudar a manter o projeto intitulado ÁGUAS, que foi bem estruturado,
211 com voluntários e com planejamento e vem realizando mapeamento das nascentes,
212 reflorestamento e conservação das áreas. Áreas estas produtoras de água e que reabastecem a
213 Bacia do Paranoá. Com relação à participação atual, relatou que a indicação do representante
214 foi baseada em tudo que foi feito anteriormente, porém se necessário for fará alteração do
215 representante, mas que o alinhamento político permanecerá o mesmo. Finaliza dizendo que
216 com relação ao nível de representação das ONG's no Comitê, caso haja uma desconformidade
217 com a representação, isso deveria ser levado, antes, ao Fórum das ONG's Ambientais pare
218 depois chegar ao CRH. A seguir a palavra foi passada para o Conselheiro Jorge Enoch, que
219 ressaltou a importância do Comitê da Bacia do Paranaíba para o Distrito Federal, pois se paga
220 muito com uma representatividade pequena. Colocou a importância dos representantes que
221 estão na Bacia, deve ser por instituições que realmente conhecem e vivem a realidade do
222 Distrito Federal. Disse entender que o Fórum de ONG's e o CRH são realmente o local para
223 discutir o assunto. Após, a palavra foi passada para conselheira Sra. Regina (Forum ONGs)
224 que salientou que o processo das escolhas dos representantes junto ao Comitê foi
225 constrangedor, pois ninguém conhecia os trabalhos da FONASC no Distrito Federal.
226 Ressaltou que no Fórum de ONG's há um entendimento de que o pressuposto para
227 participação seja o comprometimento com ações voltadas aos rios do DF. E frisou que os
228 representantes que estão na Bacia, devem ser instituições que realmente conheçam e vivam a
229 realidade do Distrito Federal. A palavra foi passada para o conselheiro Sr. Claudio

230 Pires/Fórum das ONG's Ambientais, que ressaltou a necessidade que se dá representatividade
231 junto ao Comitê, que seja instituição que realmente vive a realidade do DF e que defenda a
232 importância de encaminhar recursos para a proteção de nascentes. A palavra foi passada para
233 conselheira Sra. Raquel (Adasa) que afirmou que os recursos do DF passados para o Comitê
234 do Paranaíba representa um recurso significativo que não fica no DF. Esse comitê é de
235 extrema importância para o DF. Das sete vagas para o DF é importante que tenha pessoas que
236 conheça a realidade tendo em vista que são discutidas questões importantíssimas para o DF.
237 Após as considerações do pleno a presidente sugeriu que a ADASA suspenda o pedido da
238 moção até que as ONG's possam se reunir e trazer uma solução ao pleno. O encaminhamento
239 foi acolhido pela ADASA que vai aguardar um posicionamento. E a Sra. Regina se
240 encarregou de levar o assunto ao fórum de ONG's ambientais. E este ponto será pauta para
241 próxima reunião. A palavra foi concedida a Sra. Érica que trouxe os seguintes informes. **item**
242 **2a)** Estudo sobre Cobrança/ADASA. A ADASA fez o estudo técnico que já foi
243 disponibilizado para os conselheiros e também esta disponível no site da ADASA. **Item 2b)** -
244 Contratação do Plano do Paranoá - a empresa vencedora foi a ENGEPLUS Engenharia e
245 Consultoria LTDA com quem o contrato foi assinado no final do mês de Julho e já foi emitido
246 a primeira ordem de serviço. A Presidente aproveitou a oportunidade para informar que a
247 ADASA enviou um ofício à Secretaria Executiva do Conselho convidando conselheiros do
248 CRH para acompanhar o recebimento do Plano. Se dispuseram a contribuir: O Fórum de
249 ONG's e a Abes/DF. **Item 2c)** Contratação de serviço de Secretaria Executiva para os
250 Comitês de Bacias, foi informado que será feita uma consulta junto ao jurídico da ADASA
251 para ver a melhor forma de contratação deste serviço. A conselheira Regina/Fórum ONGs
252 lembra que já pediu ao pleno uma apresentação por parte do Ibram e ICMBIO das
253 condicionantes do Licenciamento de Arniqueiras, aprovado neste conselho. Foi acordado que
254 a apresentação será feita pelo Ibram. Não havendo mais considerações a Presidente agradeceu
255 a todos e encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada pelos conselheiros
256 presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.


ANDREA VULCANIS
SEMA/DF


MARIA CRISTINA COIMBRA MARODIN
SEMA


EDNA AIRES
SEGETH


P/ JOSÉ VOLTAIRE PEIXOTO
SEAGRI

JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO
SINESP


ANALDA LIMA DOS SANTOS
SES-DF


RAFAEL MACHADO MELLO
ADASA

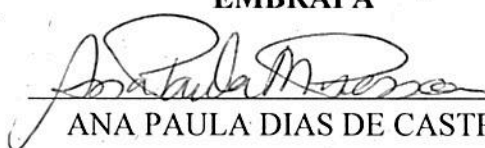
ALBA EVANGELISTA RAMOS
ADASA

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
CAESB

DAIANE MALAMIM CORREIA
CEB

JORGE ENOCH F. WERNECK LIMA
EMBRAPA

EDUARDO CYRINO DE O. FILHO
EMBRAPA


ANA PAULA DIAS DE CASTRO
MACHADO PESSOA
FIBRA


TEREZINHA LIMA
ÚNICA

WILLIAN MARCELINO COELHO
CBH/MA


JOSÉ BRILHANTE NETO
CBH-PRETO

MARCOS HELENO FERNANDES
MONTENEGRO/ABES

SÉRGIO KOIDE
UNB

REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI
FÓRUM de ONGs

